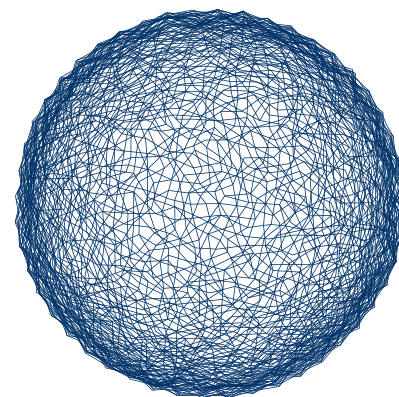


COP-15 - I

Introdução

DIÁRIO DAS NEGOCIAÇÕES



COP15

O objetivo da 15ª Conferência das Partes sobre o Clima é traçar um acordo global para definir o que será feito para reduzir as emissões de gases de efeito estufa após 2012, quando termina o primeiro período de compromisso do Protocolo de Quioto.

PROTOCOLO DE QUIOTO

Assinado em 1997 e ratificado em 2005, o Protocolo de Quioto estabelece metas de redução de emissões de gases de efeito estufa para os países desenvolvidos, que historicamente contribuíram mais para a concentração desses gases na atmosfera. O acordo determina a redução em 5% das emissões, em relação aos níveis de 1990. O primeiro período de compromisso do protocolo termina em 2012. A reunião de Copenhague terá que definir os próximos passos do acordo climático global.

O PROBLEMA

O Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC, na sigla em inglês), formado por 2,5 mil cientistas, afirma que a Terra já aqueceu cerca de 0,7 grau Celsius (°C) desde a Revolução Industrial. O IPCC projetou cenários futuros que preveem o aquecimento do planeta em pelo menos 1,8°C até o fim deste século, dependendo das medidas para reduzir as emissões.

METAS X COMPROMISSOS VOLUNTÁRIOS

O Protocolo de Quito prevê metas obrigatórias de redução de emissões de gases de efeito estufa para a União Europeia e 37 países industrializados. Os países em desenvolvimento, caso do Brasil, da China e Índia, não têm reduções obrigatórias.

Metas obrigatórias para esses países não deverão entrar no texto que sairá da COP-15, mas essas nações serão cobradas a ter compromissos mensuráveis, reportáveis e verificáveis de redução de emissões no âmbito nacional.

PONTOS DA NEGOCIAÇÃO

Transferência de tecnologia de países industrializados para que os países em desenvolvimento possam realizar ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

O financiamento dessas ações, que o Banco Mundial estima em pelo menos US\$ 400 bilhões.

Incluir preservação de florestas para evitar emissões de gases de efeito estufa no mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação, o Redd.

Recompensar os países que mantêm a floresta em pé, por meio de um fundo formado por contribuições internacionais voluntárias, com a geração de créditos de carbono negociáveis no mercado ou com um mecanismo híbrido entre fundos e mercado.

7 de dezembro

Na plenária de abertura, Rajendra Pachuri, do Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC), Connie Hedegaard, a presidente da COP-15 e Yvo de Boer, secretário executivo da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) realizam apresentação sobre a oportunidade do mundo definir a forma e o ritmo com que administrará as mudanças climáticas.

A estratégia era desviar o foco sobre o Climategate, o caso dos *e-mails* roubados da Universidade de East Anglia, na Grã-Bretanha, que revelaram suposta manipulação de dados para reforçar a tese do aquecimento global.

Enquanto as ONGs distribuíram materiais e atraíram a atenção dos participantes no Bella Center, representante da Arábia Saudita indagou a presidente da COP sobre a veracidade do aquecimento global. A Arábia Saudita tem no petróleo a sua base econômica.

Para o G77, bloco de países composto por 77 nações, entre as quais o Brasil, a Índia e a África do Sul, um dos gargalos está na falta de adesão dos países ricos para financiar ações de mitigação e adaptação dos países pobres. Sem querer assumir compromissos de longo prazo, os países desenvolvidos mostram propensão

a acordos financeiros de curto prazo – os chamados *fast start funds* – e estão relutantes em assumir compromissos mais duradouros. A mudança climática é um problema de longo prazo. De acordo com o Banco Mundial, o combate ao aquecimento global demanda investimentos anuais de até US\$ 270 bilhões

A posição da delegação brasileira é de que seja estabelecido um acordo firme e objetivo, deixando a regulamentação para ser feita no próximo ano. Para o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, o País não deixará de investir recursos próprios em ações de mitigação e adaptação – como projetos de Redd.

8 de dezembro

O secretário executivo das Nações Unidas para o Clima, Yvo de Boer, defendeu que o Brasil, a China e a Índia também devem ter acesso ao financiamento de ações contra mudanças climáticas, mas isso vai depender de cada projeto apresentado. O dinheiro deve ser concentrado em projetos em todos os países pobres e em desenvolvimento.

O negociador da União Europeia (UE), Arthur Runge-Metzger confirmou que a primeira opção da UE é repassar recursos públicos aos países mais pobres, já que economias emergentes como o Brasil e a China já estariam recebendo a maior parte dos recursos levantados com créditos de carbono.

O clima de desconfiança entre países ricos e em desenvolvimento se aprofundou com a publicação pelo jornal britânico *The Guardian* de um documento que teria sido elaborado por líderes dinamarqueses, americanos e britânicos, entre outros, que ficou conhecido como o ‘acordo dinamarquês’

Nesse rascunho de uma declaração a ser assinada ao fim do encontro, fica clara a intenção de separar o Brasil, a China e a Índia dos países mais pobres, além de introduzir metas de emissões obrigatórias para estes países. Várias das propostas incluídas no documento indicam um afastamento dos princípios que norteiam

o Protocolo de Quioto, cujo primeiro período de validade vai até 2012.

Com a UE à frente, governos de países industrializados se recusam a repassar recursos dos Fundos de Adaptação e Mitigação aos grandes países emergentes, como o Brasil. O mecanismo, estimado pela UE em 100 bilhões por ano no período 2013 a 2020, é o principal meio de financiamento de ações para prevenir e minimizar os efeitos do aquecimento global.

Não há consenso nem sobre a administração do fundo nem sobre seu montante total – e muito menos sobre a divisão dos valores, assunto que provoca divergência ainda maior entre os diplomatas europeus. A crise econômica, marcada pelo mau desempenho de países industrializados e pela boa performance dos grandes emergentes, como a China, a Índia e o Brasil, alterou as condições de negociação entre Bali, em 2007, e Copenhague, em 2009.

A posição europeia encontra respaldo nos Estados Unidos. Jonathan Pershing, o principal negociador americano, disse que o país está disposto a fazer a sua parte na contribuição dos US\$ 10 bilhões. Mas fez questão de ressaltar que os recursos seriam para as nações “mais vulneráveis e menos desenvolvidas” – o que não inclui o Brasil.

9 de dezembro

Embora haja um consenso em torno com relação a priorizar a aplicação de ações a curto prazo, cada grupo de países reivindica aquilo que mais o beneficia. A comunicação entre países ricos, pobres e emergentes é uma verdadeira Torre de Babel.

As diferenças não são apenas de natureza econômica. As pequenas ilhas-estados e nações pobres da costa da África são os casos típicos daqueles que dependem de ações imediatas, com a aplicação de metas rigorosas. Com diferentes interesses, as agendas não fecham e as propostas de redução dos gases de efeito estufa variam substancialmente. Os trabalhos não progredem.

A União Europeia condiciona sua presença no acordo que entrará em vigor após

o fim do Protocolo de Quioto, em 2013, à entrada dos Estados Unidos, do Japão e de outros países industrializados. Em resposta, Todd Stern, assessor para Assuntos Climáticos da Casa Branca, descartou a hipótese de que os termos de Quioto sirvam de base para um novo protocolo, com a participação dos EUA. A UE ainda lidera o grupo dos países contrários a ceder dinheiro para emergentes, como o Brasil, a China, a Índia e a África do Sul

10 de dezembro

Enquanto o governo chinês cobra de países ricos “responsabilidades diferenciadas”, o governo norte-americano afirmou que a ajuda financeira ao país asiático não é prioridade diante das necessidades de países pobres.

A China se comprometeu a reduzir as emissões de dióxido de carbono (CO₂) entre 40% e 45% até 2020, em relação aos níveis de 2005. A proposta inclui ainda elevar de 9% para 15% o total de energias renováveis no consumo energético do país e adicionar 40 milhões de hectares às florestas locais.

O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, propôs um plano de redução de emissões de gases de efeito estufa em etapas, começando com 17% até 2020, e chegando a 30% até 2025, a 42% até 2030 e a 83% até 2050.

As negociações registraram “progressos”, sobretudo no que diz respeito a transferências de tecnologia, de acordo com o principal negociador da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Clima, Yvo De Boer.

11 de dezembro

Sai o primeiro esboço do que deve ser realmente acordado ao final da cúpula. As metas seguem as recomendações publicadas há dois anos pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática e insistem em que nações em desenvolvimento devem cortar entre 15% e 30% até 2020 com “apoio dos países ricos”. Os cortes devem ajudar a conter a alta da temperatura neste século.

O documento afirma que é preciso limitar o aumento da temperatura entre “1,5°C e 2°C”. A Aliança dos Pequenos Estados Insulares já apresentou hoje um projeto de acordo mundial para limitar o aumento das temperaturas a 1,5°C.

Principal ponto de discórdia, o rascunho torna claro que a responsabilidade pelo financiamento das ações de mitigação no mundo em desenvolvimento e de adaptação das economias pobres fica por conta dos países desenvolvidos.

O texto, no entanto, deixa lacunas, entre as quais estão as metas de redução de emissões de gases de efeito estufa, que são muito vagas. A proposta oferece vários níveis de reduções globais das emissões de gases do efeito estufa, especialmente pela queima de combustíveis fósseis, que podem ser de 50, 85 ou 95% até 2050. Os números aparecem entre colchetes, significando que ainda não há acordo a respeito.

14 de dezembro

Representantes de delegações africanas abandonaram as seções de negociação, o que levou à suspensão temporária, por cerca de cinco horas, da reunião. Esses países criticaram a organização da conferência por, supostamente, se concentrar apenas nas negociações para um novo acordo climático, em vez de trabalhar paralelamente em uma extensão do Protocolo de Quioto.

Por sua vez, insatisfeitos, representantes do G77/China, que inclui o Brasil, a Índia, a África do Sul, a China e vários dos países mais pobres do mundo, exigiram que as negociações não se concentrassem exclusivamente em um novo acordo, como grande parte dos países ricos defendem, mas sim, em uma extensão do Protocolo de Quioto.

15 de dezembro

Começou o Segmento de Alto Nível da Conferência de Copenhague. O clima fica tenso com a chegada dos líderes mundiais. A dúvida é se conseguirão ou não resolver os pontos de conflito nos próximos três dias e chegar a um acordo.

Na cerimônia de abertura, ecoaram no Bella Center discursos inflamados e carregados de palavras de incentivo. Ban Ki-moon, secretário-geral da ONU, deixou claro que “precisamos de um acordo vinculativo: não temos mais anos”, pois a “natureza não negocia”.

Na mesma linha desse discurso foram as intervenções de Lars Rasmussen, primeiro-ministro dinamarquês, Connie Hegehaard, presidente da Cimeira, e Yvo de Boer, secretário executivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC, na sigla em inglês).

Os negociadores correm contra o relógio para chegar a um acordo, depois de um começo de semana tenso, que levou até à suspensão temporária da reunião.

Consultas informais entre os ministros que chefiavam as delegações tentam destravar as negociações, tanto por um acordo que inclua os Estados Unidos como pela extensão do Protocolo de Quioto, também a partir de 2012.

16 de dezembro

Acusada por representantes de países em desenvolvimento de querer beneficiar nações ricas nas negociações, a presidente da COP-15, Connie Hedegaard, renuncia. O substituto é o primeiro-ministro da Dinamarca, Lars Lokke Rasmussen.

As discussões parecem estar irremediavelmente paradas em questões como metas para países desenvolvidos e, principalmente, financiamento para redução de emissões de gases de efeito estufa a longo prazo.

Até o momento, não existe consenso sobre um número, ou mesmo sob de que forma as metas de redução para países desenvolvidos seriam apresentadas, como extensão do Protocolo de Quioto para os seus signatários (países ricos com exceção dos Estados Unidos) ou em um novo tratado incluindo os americanos.

A proposta mais próxima de ser aceita é a de um fundo de US\$ 10 bilhões por ano, para os próximos três anos. Mas não está claro quais seriam as fontes dos recursos e quem faria as contribuições.

17 de dezembro

Felipe Calderón, presidente do México, próximo anfitrião da COP-16, pediu “um acordo ambicioso” sobre a redução de emissões de gases poluentes, para transformá-lo tratado legalmente vinculativo em 2010.

O enfrentamento entre os países ricos e os em desenvolvimento sobre a redução dos GEE, deu espaço para uma fase de mais diálogo, graças a dois documentos sobre a redução das emissões até 2050.

O presidente da cúpula, o primeiro-ministro dinamarquês, Lars Løkke Rasmussen, aceitou o pedido do grupo dos países em desenvolvimento de relançar as negociações a partir do Protocolo de Quioto, assinado em 1997, que regula as emissões para 37 países industrializados até 2012.

A proposta da secretária de Estado americana, Hillary Clinton, é dos EUA destinarem US\$ 100 bilhões anuais, a partir de 2020, para combater a mudança climática, mas no contexto de um acordo firme que obrigue a todos no “esforço global” dos países ricos.

18 de dezembro

Os contatos a portas fechadas continuavam, sem que as negociações oficiais tivessem chegado a um acordo final para determinar metas de redução das emissões de gases de efeito estufa. A foto de família, com os 119 chefes de Estado presentes foi cancelada sem explicação.

A sessão plenária terminou com atraso e os líderes participantes deram uma pausa nas conversas. A essa altura, já não se considerava mais a possibilidade de assinatura de um documento juridicamente vinculativo que regule as emissões.

Uma reunião entre os quatro emergentes (Brasil, África do Sul, China e Índia) e Estados Unidos finaliza o Acordo de Copenhague. Aprovado sem unanimidade, como exige o procedimento das Nações Unidas, para entrar em vigor, o documento representa uma simples carta de intenções. ■